

Ofício nº 185/2025/SEJUR Processo Administrativo nº 4.799/2025

Cubatão, 15 de outubro de 2025.

A Vossa Excelência o Senhor Vereador ALEXANDRE MENDES DA SILVA Presidente da Câmara Municipal Cubatão - SP.

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATAL RECEBIDO AS 17 WHS. 15 DE 10 DE 15 POR

Senhor Presidente.

Encaminhamos à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei que "INSTITUI O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE AMPARO ALIMENTAR AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", bem como a respectiva Mensagem Explicativa.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e apreço.

CESAR DA SILVA NASCIMENTO

Prefeito Municipal





































#### **MENSAGEM EXPLICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Vereadores,

Trata-se de Projeto de Lei que "INSTITUI O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE AMPARO ALIMENTAR AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A presente propositura representa um ato de gestão de máxima relevância, pois atende a um duplo imperativo: o da responsabilidade jurídica e fiscal e o da justiça social.

Primeiramente. enfrentamos uma contingência legal inadiável. A atual concessão de um benefício de natureza alimentar a inativos, embora praticada há anos, encontra-se em flagrante desacordo com a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal, consolidada na Súmula Vinculante nº 55. Tal verbete veda expressamente a extensão do auxílio-alimentação, verba de natureza indenizatória e ligada ao trabalho, a servidores inativos. A manutenção desta prática expõe o Município a severos riscos de apontamentos pelo Tribunal de Contas do Estado e a possíveis ações judiciais que poderiam culminar na suspensão abrupta do pagamento, gerando insegurança e desamparo. Sanear esta questão não é uma opção, mas um dever desta gestão para com a legalidade e a boa governança.

Contudo, a solução não poderia se limitar à simples supressão de um suporte tão importante. Reconhecemos a necessidade social de amparar aqueles que dedicaram suas vidas ao serviço público. Por isso, este Projeto de Lei não extingue o amparo, mas o transforma e o fortalece, criando um novo benefício com a natureza jurídica correta: assistencial. Fundamentado na competência do Município para atuar na área da Assistência Social, o novo programa desvincula o amparo da relação de trabalho e o concede com base na vulnerabilidade socioeconômica, aferida por critérios de renda claros e objetivos.

O modelo proposto é escalonado e focalizado, com um teto de elegibilidade de R\$ 8.000,00 em proventos brutos. Isso significa que os recursos públicos serão direcionados de forma mais inteligente e equitativa, concedendo um







































valor maior a quem mais precisa. Esta abordagem não apenas maximiza o impacto social da política, mas, conforme demonstrado no Estudo de Impacto anexo, também promove uma melhor adequação orçamentária, gerando uma significativa economia anual para os cofres municipais em comparação com a manutenção da prática irregular vigente.

Para a operacionalização, propomos o pagamento em pecúnia, garantindo autonomia e dignidade aos beneficiários. O repasse dos recursos do Tesouro Municipal será feito à Caixa de Previdência dos Servidores Municipais, que. por já possuir a estrutura de pagamento, atuará como agente pagador, assegurando máxima eficiência e economicidade ao processo, sempre com a devida segregação contábil para refletir a natureza assistencial da despesa.

Trata-se, portanto, de uma ação de governo que conjuga legalidade, humanidade e eficiência. Ao aprovar este Projeto de Lei, esta Colenda Câmara Municipal estará não apenas sanando uma irregularidade administrativa histórica, mas também instituindo uma política pública inovadora, fiscalmente responsável e de profundo alcance social.

Contando com o elevado discernimento e o apoio dos nobres Edis, submetemos a presente propositura à apreciação e deliberação, nos termos do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal.

Cubatão, 15 de outubro de 2025.

DA SILVA NASCIMENTO

Prefeito Municipal

























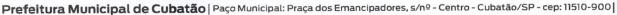














#### PROJETO DE LEI

INSTITUI O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE AMPARO ALIMENTAR AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DO MUNICÍPIO CUBATÃO. DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS** 

- Art. 1º Fica instituído o Benefício Assistencial de Amparo Alimentar, de caráter suplementar e temporário, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, destinado a aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Cubatão.
- Art. 2º O benefício de que trata esta Lei tem por objetivo a mitigação da vulnerabilidade social e a garantia da segurança alimentar e nutricional dos beneficiários, em conformidade com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os objetivos da Política Nacional de Assistência Social.
- Art. 3º São elegíveis ao benefício de que trata esta Lei os aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS do Município de Cubatão que possuam renda bruta mensal, a título de proventos de aposentadoria ou pensão, de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- Art. 4º O valor mensal do benefício será concedido em pecúnia e de forma escalonada, de acordo com a faixa de renda bruta do beneficiário, conforme a seguinte tabela:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) para beneficiários com renda de até R\$ 3.000,00;

- II R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) para beneficiários com renda de R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00;
- III R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para beneficiários com renda de R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00;
- IV R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para beneficiários com renda de R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,00;
- V R\$ 300,00 (trezentos reais) para beneficiários com renda de R\$ 7.000,01 a R\$ 8.000.00.
- Art. 5º O benefício instituído por esta Lei possui natureza estritamente assistencial e alimentar, não se configurando como verba remuneratória ou indenizatória.
- § 1º O valor recebido a título de Benefício Assistencial de Amparo Alimentar não se

#### SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

































Prefeitura Municipal de Cubatão | Paço Municipal: Praça dos Emancipadores, s/nº - Centro - Cubatão/SP - cep: 11510-900 |



incorpora, para nenhum efeito, aos proventos de aposentadoria ou pensão.

- § 2º O benefício não servirá como base de cálculo para qualquer outra vantagem. inclusive abono anual, e sobre ele não incidirá contribuição previdenciária ou Imposto de Renda.
- § 3º A concessão do benefício não gera direito adquirido, podendo ser revisto ou cancelado a qualquer tempo, caso o beneficiário deixe de atender aos critérios de elegibilidade previstos no Art. 3º desta Lei.
- Art. 6º Os valores do benefício e o teto de elegibilidade definidos no artigo 4º serão reajustados anualmente por ato do Poder Executivo, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro que venha a substituí-lo, condicionada à prévia dotação orçamentária.
- Art. 7º A gestão do Benefício Assistencial de Amparo Alimentar compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, que será responsável pela operacionalização, monitoramento e avaliação do programa.
- Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orcamentárias próprias, consignadas na Lei Orçamentária Anual na função programática de Assistência Social, suplementadas se necessário.
- Art. 9º Ficam revogadas todas as disposições legais e atos normativos anteriores que concediam vale-alimentação, cesta básica ou benefício de natureza similar a servidores aposentados e pensionistas do Município de Cubatão, em especial as disposições da Lei nº 2.085, de 17 de setembro de 1992, que sejam conflitantes com a presente Lei no que tange à população inativa.
- Art. 10 O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

EM 15 DE OUTUBRO DE 2025.

"492° da Fundação do Povoado

76º da Emancipação"

CESAR DA SILVA NASCIMENTO

Frefeito Municipal

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



































Prefeitura Municipal de Cubatão | Paço Municipal: Praça dos Emancipadores, s/nº - Centro - Cubatão/SP - cep: 11510-900 |

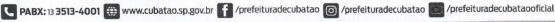














#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.799/2025

INTERESSADO: Gabinete do Prefeito / Secretaria Municipal de Gestão

ASSUNTO: Proposta de Projeto de Lei que "Institui o Benefício Assistencial de Amparo Alimentar aos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cubatão e dá outras providências."

### PARTE I: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

#### 1. Descrição da Necessidade e do Problema a ser resolvido

A Administração Pública Municipal de Cubatão enfrenta uma contingência jurídica e fiscal de elevada criticidade, decorrente da concessão de um benefício de natureza alimentar a aposentados e pensionistas vinculados ao seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A prática atual, embora socialmente meritória, configura uma afronta direta à Súmula Vinculante nº 55 do Supremo Tribunal Federal (STF), que veda expressamente a extensão do auxílio-alimentação — verba de caráter indenizatório e *propter laborem* — a servidores inativos.

A manutenção desta prática expõe o Município a riscos iminentes, incluindo apontamentos e glosas de despesas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP), bem como potenciais Ações Diretas de Inconstitucionalidade, que poderiam resultar na suspensão abrupta do pagamento, gerando grave impacto social sobre uma população vulnerável.

Paralelamente, identifica-se uma necessidade social concreta de amparar este público. A análise dos proventos e pensões revela que uma parcela significativa dos beneficiários do RPPS possui renda que sofre com a contínua corrosão inflacionária, comprometendo sua segurança alimentar e dignidade. A legislação municipal histórica, como a Lei nº 2.085/1992, já previa o amparo alimentar aos servidores, demonstrando uma preocupação de longa data da municipalidade com o tema.

O problema a ser resolvido é, portanto, duplo: sanear a ilegalidade da concessão de um benefício de natureza indenizatória a inativos e, ao mesmo tempo, instituir uma política pública legalmente robusta, fiscalmente responsável e socialmente justa que atenda à necessidade de amparo alimentar desta





































população.

### 2. Descrição da Solução Proposta e Justificativa

A solução mais adequada, segura e eficiente para o problema identificado é a extinção de qualquer pagamento de auxílio-alimentação a inativos e a criação, por meio de lei específica, de um novo programa: o Benefício Assistencial de Amparo Alimentar.

Esta abordagem resolve a questão central ao alterar a natureza jurídica do benefício. Ele deixa de ser uma verba indenizatória, vinculada ao trabalho, e passa a ser uma prestação de natureza puramente assistencial, fundamentada na competência do Município para atuar na área da Assistência Social (Art. 203 da Constituição Federal e Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS). A concessão não se dará mais pelo status de ex-servidor, mas pela condição de vulnerabilidade socioeconômica, aferida por critérios objetivos de renda.

A operacionalização do benefício em pecúnia é a modalidade mais eficiente, pois promove a autonomia e a dignidade do beneficiário e simplifica a gestão pública, eliminando custos logísticos. A jurisprudência de Tribunais de Contas tem, inclusive, recomendado a priorização do pagamento em dinheiro por atender ao princípio da economicidade.

#### 3. Requisitos da Solução e Critérios do Benefício

A nova política pública deverá observar os seguintes requisitos:

- Público-Alvo: Aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS do Município de Cubatão.
- Critério de Elegibilidade: A concessão será baseada exclusivamente na renda bruta mensal do benefício previdenciário, com um teto de R\$ 8.000,00.
- Estrutura Escalonada: O valor do benefício será inversamente proporcional à renda, conforme a tabela abaixo, que foi elaborada com base na análise da folha de pagamento de 750 inativos e pensionistas do município:

#### Tabela 1: Estrutura de Escalonamento do Benefício Proposto

Faixa de Rendimento (Salário Bruto Mensal)

Valor Mensal do Benefício (R\$)

























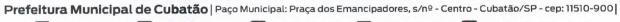


























and the second s		
Faixa de Rendimento (Salário Bruto Mensal)	Valor Mensal do Benefício (R\$)	
I - Até R\$ 3.000,00	R\$ 500,00	
II - De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00	R\$ 450,00	
III - De R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00	R\$ 400,00	
IV - De R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,00	R\$ 350,00	
V - De R\$ 7.000,01 a R\$ 8.000,00	R\$ 300,00	

Natureza Jurídica: A lei instituidora deverá ser explícita ao definir o benefício como de natureza assistencial, não incorporável aos proventos, não gerador de direito adquirido e isento de incidências tributárias ou previdenciárias.

### 4. Análise de Impacto Orçamentário e Financeiro

A instituição do benefício representa uma despesa obrigatória de caráter continuado, exigindo análise conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 4.1. Quantificação dos Beneficiários e Custo da Proposta

A aplicação dos critérios de elegibilidade ao universo de 750 inativos e pensionistas resulta na seguinte distribuição e custo:

Tabela 2: Quantitativo de Beneficiários e Custo Mensal por Faixa de Rendimento

Faixa de Rendimento (Salário Bruto	Valor do Benefício	N° de	Custo Mensal por Faixa
Mensal)	(R\$)	Beneficiários	(R\$)
Até R\$ 3.000,00	R\$ 500,00	110	R\$ 55.000,00
De R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00	R\$ 450,00	179	R\$ 80.550,00
De R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00	R\$ 400,00	149	R\$ 59.600,00
De R\$ 5.000,01 a R\$ 6.000,00	R\$ 350,00	85	R\$ 29.750,00
De R\$ 7.000,01 a R\$ 8.000,00	R\$ 300,00	39	R\$ 11.700,00
Total de Elegíveis	-	562	R\$ 236.600,00

Fonte: Análise da folha de pagamento de aposentados e pensionistas de maio de 2025.





































- Custo Mensal Total da Proposta: R\$ 236.600,00
- Custo Anual Total da Proposta: R\$ 2.839.200,00 (R\$ 236.600,00 x 12)

#### 4.2. Análise Comparativa e Adequação Orçamentária

A presente proposta, além de sanear a ilegalidade, promove uma melhor adequação da despesa pública.

Custo da Prática Atual (Ilegal): A análise da folha de pagamento indica um custo médio mensal aproximado de R\$ 400,00 por beneficiário. Considerando o universo de 750 inativos, o custo anual da prática irregular é estimado em R\$ 3.600.000,00 (750 x R\$ 400 x 12).

Tabela 3: Demonstrativo Comparativo de Custo Anual

Economia Anual Estimada	R\$ 760.800,00
Modelo Proposto (Legal e Assistencial)	R\$ 2.839.200,00
Modelo Vigente (Ilegal)	R\$ 3.600.000,00
Descrição	Custo Anual Estimado (R\$)

A transição para o novo modelo representa uma economia anual estimada de R\$ 760.800,00, demonstrando a superior eficiência fiscal da proposta.

#### 4.3. Projeção da Despesa (LRF, Art. 16, I)

A projeção da despesa para o exercício corrente e os dois subsequentes é apresentada abaixo, considerando uma taxa de reajuste anual conservadora de 4,0% para fins de planejamento.

Tabela 4: Projeção de Despesa Trienal do Benefício

Exercício Fiscal	Custo Anual Estimado (R\$)
2025	R\$ 2.839.200,00
2026	R\$ 2.952.768,00
2027	R\$ 3.070.878,72







































### 4.4. Declaração de Adequação Orçamentária (LRF, Art. 16, II)

A despesa a ser criada é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes. A cobertura da despesa correrá por conta de dotações orçamentárias próprias do Tesouro Municipal, alocadas na seguinte classificação, que reflete adequadamente a natureza assistencial do benefício:

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso

Natureza da Despesa: 3.3.90.48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

#### 5. Modelo de Execução e Classificação da Despesa

Propõe-se que o pagamento em pecúnia seja operacionalizado pela Caixa de Previdência dos Servidores Municipais de Cubatão, entidade que já possui a estrutura e o cadastro para realizar os pagamentos mensais de proventos e pensões. Este modelo é o mais eficiente e de menor custo administrativo.

Para garantir a segurança jurídica e a correta contabilização, o fluxo financeiro e orçamentário deverá ser o seguinte:

- 1. Origem dos Recursos: A despesa correrá por conta de dotação orçamentária do Tesouro Municipal.
- 2. Classificação Orçamentária: A despesa deverá ser empenhada na Função 08 -Assistência Social. É crucial que a despesa não seja classificada como despesa de pessoal inativo ou previdenciária.
- 3. Operacionalização: O Tesouro Municipal realizará um repasse financeiro mensal à Caixa de Previdência, em conta específica, correspondente ao valor total da folha do benefício assistencial. A Caixa de Previdência atuará como agente pagador deste benefício, incluindo o valor correspondente no holerite de cada beneficiário elegível, em rubrica própria e claramente identificada como "Benefício Assistencial de Amparo Alimentar".





































Este modelo assegura a segregação das fontes e a correta natureza da despesa, tratando a Caixa de Previdência como um mero executor operacional de uma política da Prefeitura, o que blinda a operação contra questionamentos jurídicos.

Secretário Municipal de Gestao

JOÃO ROBERTO MONTEIRO DA SILVA BARBOSA Secretário Municipal de Gestão



































Processo Administrativo nº 4.799/2025 Assunto: Proposta de instituição de Benefício Assistencial para Aposentados e Pensionistas.

Ao Gabinete do Prefeito - GP

Senhor Prefeito,

Na qualidade de Secretário Municipal de Gestão, submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência a presente Manifestação Técnica, fundamentada no Estudo Técnico Preliminar e no Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro anexos, que propõem a instituição do Benefício Assistencial de Amparo Alimentar para os aposentados e pensionistas do nosso Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A proposição que ora se apresenta é fruto de uma análise criteriosa que identificou uma dupla necessidade para a Administração Municipal: a primeira, de caráter jurídico-administrativo, é a de sanear, de forma definitiva, a atual concessão de auxílio-alimentação a inativos, prática que afronta diretamente a Súmula Vinculante nº 55 do Supremo Tribunal Federal e expõe o Município a severos riscos fiscais e de governabilidade.

A segunda, de natureza social e humanitária, é a de garantir um amparo efetivo a uma parcela de nossos ex-servidores e pensionistas que, diante do cenário econômico, enfrentam dificuldades para a manutenção de sua segurança alimentar e de uma vida digna.

A solução aqui delineada, consubstanciada na criação de um benefício de natureza puramente assistencial, resolve ambas as questões de forma sinérgica. Ao desvincular o amparo da relação de trabalho e fundamentá-lo nos princípios da assistência social, eliminamos por completo o risco jurídico. Ao mesmo tempo, ao adotar um modelo escalonado e baseado em critérios de renda, promovemos uma política de justiça social mais eficaz, direcionando os recursos públicos para quem mais precisa.

Adicionalmente, o estudo de impacto financeiro demonstrou que a medida proposta, além de





































legal e socialmente justa, representa uma melhor adequação da despesa pública. A focalização do benefício nos estratos de menor renda permitirá uma economia anual estimada de R\$ 760.800,00 em comparação com os custos da prática irregular vigente, otimizando o erário e reforcando nosso compromisso com a responsabilidade fiscal.

O modelo de pagamento em pecúnia, a ser operacionalizado por meio de repasse à Caixa de Previdência, foi desenhado para ser o mais eficiente e de menor custo para a Administração, aproveitando a estrutura já existente para o pagamento de proventos e pensões, sempre com a devida segregação e correta classificação orçamentária da despesa na função "Assistência Social".

Diante do exposto, e convicto da robustez técnica, da legalidade e da relevância social da matéria, esta Secretaria Municipal de Gestão opina favoravelmente à presente proposta e recomenda o seu imediato encaminhamento, por meio da Minuta de Projeto de Lei que acompanha este expediente, à Egrégia Câmara Municipal de Cubatão, para apreciação e deliberação.

Respeitosamente,

João Roberto Monteiro da Silva Barbosa

retário Municipal de Gestão

JOÃO ROBERTO MONTEIRO DA SÍLVA BARBOSA Secretário Municipal de Gestão



































### DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC Nº 101/2000, ARTS. 16 E 17)

Eu, CÉSAR DA SILVA NASCIMENTO, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 16 e no art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), na qualidade de Ordenador de Despesas da PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO, referente à despesa de ASSISTÊNCIA ALIMENTAR AO INATIVO E PENSIONISTA DO RPPS, DECLARO que a referida despesa, por se enquadrar como Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (DOCC), conforme o § 5º do art. 17 da LRF:

### 1. Adequação Orçamentária e Financeira (Art. 16, II, LRF):

Possui dotação orçamentária específica e suficiente no orçamento vigente (Lei Orçamentária Anual - LOA).

A execução da despesa é adequada à Lei Orçamentária Anual - LOA; compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; e compatível com o Plano Plurianual - PPA.

### 2. Compensação e Sustentabilidade (Art. 17, LRF):

Ato normativo que cria a despesa está acompanhado da estimativa do impacto orçamentáriofinanceiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, que demonstrou a adequação da despesa com as metas de resultados fiscais; e nenhuma ação decorrente desta despesa será executada antes do atendimento integral das exigências do art. 17 da LRF, em especial o § 5°.

DECLARO, POR FIM, sob as penas da lei, que as informações prestadas são fidedignas e que estou ciente das responsabilidades e sanções decorrentes da inobservância da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Cubatão, ...... de ...... de ...... de .......

CESAR DA SILVA NASCIMENTO

Prefeito Municipal





































Prefeitura Municipal de Cubatão | Paço Municipal: Praça dos Emancipadores, s/nº - Centro - Cubatão/SP - cep: 11510-900 |